

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018

TABELA 01 - Parâmetros Utilizados nas Estimativas das Receitas e Despesas

Inidicador	2015	2016	2017	2018	2019	2020
INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	10,67%	6,29%	2,46%	4,25%	4,33%	4,29%
VARIAÇÃO DO PIB	-3,80%	-3,60%	0,34%	2,03%	2,51%	2,49%
CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	-5,87%	3,38%	-2,58%	-1,69%	-0,30%	-1,52%
CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	-8,92%	1,82%	-2,65%	-3,25%	-1,36%	-2,42%
ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	-7,23%	47,50%	-19,52%	6,92%	11,63%	-0,32%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	-2,13%	12,60%	-25,16%	-4,90%	-5,82%	-11,96%
CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	-12,90%	0,26%	-8,42%	-7,02%	-5,06%	-6,83%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTVO	7,25%	7,46%	7,00%	4,25%	4,33%	4,29%
PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	7,25%	7,46%	7,00%	4,25%	4,33%	4,29%
CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-15,30%	23,12%	-91,71%	-27,96%	-32,18%	-50,62%
Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	14,25%	13,75%	10,21%	8,26%	8,44%	8,41%
PIB / RS (em R\$ milhões)	375.094	380.449	450.366	474.557	511.885	553.008

Os parâmetros acima foram utilizados para as projeções de receitas e despesas, bem como para os cálculos em valores correntes e constantes, de acordo com sua pertinência, ou não com as origem/espécie/rubrica de receita e/ou grupo de natureza de despesa.

Luciano Nazzari
CRC/RS 93089

Guilherme Eugênio Granzotto
Prefeito

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
Memória de Cálculo das Estimativas das Despesas

Valores em R\$ 1,00

CONTAS CONSOLIDADAS ANUAIS	REALIZADA	REALIZADA	REALIZADA	REESTIMADO	PROJETADO	PROJETADO	PROJETADO
	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
3.0.00.00.00.00.00	33.261.998,96	34.771.404,92	38.536.788,46	39.967.328,58	43.274.185,59	45.843.851,88	48.006.479,65
3.1.00.00.00.00.00	15.541.235,02	17.413.228,89	20.395.695,55	21.798.838,07	23.339.192,43	25.328.310,68	27.128.323,48
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Executivo / Indiretas	13.605.195,25	14.867.881,98	17.513.067,45	18.709.783,58	20.001.423,10	21.706.074,86
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal - Legislativo	780.094,18	914.013,12	1.050.538,24	1.008.813,44	1.167.891,74	1.267.427,09
3.1.00.00.00.00.00	Pessoal do R P P S	1.155.945,59	1.631.333,79	1.832.089,86	2.080.241,05	2.169.877,59	2.354.808,72
3.2.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e Encargos da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-
3.2.00.00.00.00.00	Juros e encargos da Dívida RPPS	-	-	-	-	-	-
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	17.720.763,94	17.358.176,03	18.141.092,91	18.168.490,51	19.934.993,16	20.515.541,20
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Executivo	17.433.796,39	17.093.220,83	17.938.207,44	17.763.863,52	19.613.954,20	20.185.152,93
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - Legislativo	278.866,20	254.755,20	189.992,67	388.545,92	306.645,35	315.575,49
3.3.00.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes - RPPS	8.101,35	10.200,00	12.892,80	16.081,07	14.393,61	14.812,78
4.0.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	4.351.400,52	3.994.363,04	5.024.890,89	556.017,69	2.720.178,42	1.927.597,07
4.4.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS	4.350.980,52	3.984.363,04	5.012.890,89	556.017,69	2.711.448,86	1.918.489,52
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Executivo / Indiretas	4.343.016,59	3.983.225,24	5.012.630,89	543.302,69	2.707.773,32	1.915.888,88
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - Legislativo	7.963,93	1.137,80	260,00	12.715,00	3.675,54	2.600,63
4.4.00.00.00.00.00	Investimentos - RPPS	-	-	-	-	-	-
4.5.00.00.00.00.00	INVERSÕES FINANCEIRAS	420,00	10.000,00	12.000,00	-	8.729,57	9.107,56
4.5.00.00.00.00.00	Concessão de Empréstimos e Financiamentos	420,00	10.000,00	12.000,00	-	8.729,57	9.107,56
4.5.90.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-
4.5.90.00.00.00.00	Outras Inversões Financeiras - Legislativo	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Executivo / Indiretas	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - Legislativo	-	-	-	-	-	-
4.6.00.00.00.00.00	Amortização da Dívida - RPPS	-	-	-	-	-	-
9.9.99.99.99.01	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	(3.080.237,84)	(4.377.140,11)
9.9.99.99.99.02	RESERVA DE CONTINGÊNCIA DO RPPS	-	-	-	-	6.473.023,45	6.943.991,60
TOTAL DA DESPESA	37.613.399,48	38.765.767,96	43.561.679,35	40.523.346,27	49.387.149,62	50.338.300,44	49.757.445,14

Luciano Nazzari
CRC/RS 93089

Guilherme Eugênio Granzotto
Prefeito

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
Estimativas para a Receita Corrente Líquida
Apuração Conforme a Instrução Normativa nº 19/2016, do TCE/RS

ESPECIFICAÇÃO	2016	2017	2018	2019	2020
I - RECEITAS CORRENTES (Exceto Intraorçamentárias)	52.298.074,10	46.163.748,52	53.534.849,96	54.216.385,05	53.173.149,52
II - DEDUÇÕES	13.880.929,94	12.438.873,63	14.368.219,45	14.927.380,74	15.197.655,80
I R R F s/Rendimentos do Trabalho	837.388,34	945.000,00	943.663,31	1.099.026,31	1.142.450,25
Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio	1.109.248,75	1.065.748,50	1.240.893,55	1.346.650,59	1.442.353,31
Compensação Financeira entre Regimes	-	5.000,00	1.780,24	1.857,33	1.937,01
Rendimentos de Aplicações de Rec.Previdenciários	5.256.216,79	4.200.000,00	5.174.055,37	5.533.584,08	5.914.672,11
Deduções da Receita Corrente	6.678.076,06	6.223.125,13	7.007.826,97	6.946.262,43	6.696.243,12
III - (+) Ajuste Perdas com o Fundeb	4.504.721,14	3.780.880,35	4.450.282,13	4.414.531,58	4.331.530,35
IV - RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II+III)	42.921.865,30	37.505.755,24	43.616.912,64	43.703.535,89	42.307.024,07

Município de ARATIBA
Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2018
Estimativa de Limites de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo para o período de 2018 a 2021

PODER EXECUTIVO			
	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 54 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	23.553.132,83	23.599.909,38	22.845.793,00
Limite Prudencial - 51,30 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	22.375.476,18	22.419.913,91	21.703.503,35
Limite de Alerta - 48,60 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	21.197.819,54	21.239.918,44	20.561.213,70
PODER LEGISLATIVO			
	2018	2019	2020
Limite Máximo Legal - 6 % da RCL (alínea "b" do inciso III do artigo 20 da LRF)	2.617.014,76	2.622.212,15	2.538.421,44
Limite Prudencial - 5,70 % da RCL (parágrafo único do artigo 22 da LRF)	2.486.164,02	2.491.101,55	2.411.500,37
Limite de Alerta - 5,40 % da RCL (inciso II do § 1º do artigo 59 da LRF)	2.355.313,28	2.359.990,94	2.284.579,30

O objetivo do demonstrativo é evidenciar, com base na Receita Corrente Líquida prevista, os limites Legal, Prudencial e de Alerta para as Despesas com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo.

a) quando as despesas com pessoal superarem, respectivamente, 48,60% e 5,40% da RCL no Poder Executivo e Legislativo, caberá a emissão do alerta de que trata o inciso II do § 1º do artigo 59;

b) o limite prudencial corresponde a 51,30% e 5,70% da RCL, respectivamente no Executivo e Legislativo. Quando superado, e de acordo com o estipulado no parágrafo único do artigo 22 c/c alínea "a" do inciso III do artigo 20, ambos da LRF, e coloca o respectivo poder ao alcance das seguintes vedações:

I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do artigo 37 da Constituição;

II - criação de cargo, emprego ou função;

III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto no inciso II do § 6º do artigo 57 da Constituição e as situações previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

c) Já quando superado o limite legal, de 6% no Legislativo e de 54% no caso do Executivo, além das vedações previstas no parágrafo único do art. 22 da LRF, o Poder que houver incidido no excesso deverá adotar providências para a eliminação do percentual excedente no prazo e condições estabelecidas nos §§ 1º e 2º e do caput do artigo 23, e o Município sujeito às restrições dos §§ 3º e 4º do mesmo artigo, todos da LRF.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2018
TABELA 02 - Demonstrativo da Evolução da Dívida Consolidada Líquida e Resultado Nominal - Exceto RPPS

Exercício	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Saldo	Saldo	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
(1) Dívida Consolidada - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
(2) Disponibilidades Financeiras (Líquidas)	3.586.701,15	1.239.055,01	200.000,00	1.675.252,05	1.038.102,35	971.118,14
(3) Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	(1.675.252,05)	(1.038.102,35)	(971.118,14)
(4) Passivos Reconhecidos	-	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
(5) Dívida Fiscal Líquida	-	-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
(6) Resultado Nominal		-	-	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!

Cronograma Anual de Operações Realizadas e do Serviço da Dívida						Valores em R\$
Operações de Crédito / Pagamentos	2.015	2.016	2.017	2.018	2.019	2.020
	Realizado	Realizado	Reestimativa	Previsão	Previsão	Previsão
2.1 - Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
2.2 Encargos - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-
2.3 Amortizações - Exceto RPPS	-	-	-	-	-	-

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

18/10/2017 14:20

Dívida Pública Consolidada – É o montante total apurado:

- das obrigações financeiras do Município, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados;
- das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento;
- dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos.

Dívida Consolidada Líquida – DCL – Corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções, que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Resultado Nominal – Representa a diferença entre o saldo da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - CONSOLIDADO
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018				2019				2020			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	% RCL (a / RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	% RCL (B / RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100	% RCL (b / RCL) x 100
Receita Total	49.387.149,62	47.373.764,63	0,010%	113,23%	50.338.300,44	46.282.123,56	0,010%	115,18%	49.757.445,14	43.866.212,12	0,000%	117,61%
Receitas Primárias (I)	43.340.097,93	41.573.235,42	0,009%	99,37%	43.874.781,23	40.339.424,02	0,009%	100,39%	42.852.646,65	37.778.935,04	0,000%	101,29%
Despesa Total	49.387.149,62	47.373.764,63	0,010%	113,23%	50.338.300,44	46.282.123,56	0,010%	115,18%	49.757.445,14	43.866.212,12	0,000%	117,61%
Despesas Primárias (II)	49.378.420,06	47.365.390,94	0,010%	113,21%	50.329.192,89	46.273.749,88	0,010%	115,16%	49.747.946,87	43.857.838,44	0,000%	117,59%
Resultado Primário (I - II)	- 6.038.322,13	- 5.792.155,52	-0,001%	-13,84%	- 6.454.411,66	- 5.934.325,85	-0,001%	-14,77%	- 6.895.300,23	- 6.078.903,40	0,000%	-16,30%
Resultado Nominal	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Dívida Consolidada Líquida	- 1.675.252,05	- 1.606.956,41	0,000%	-3,84%	- 1.038.102,35	- 954.453,79	0,000%	-2,38%	- 971.118,14	- 856.138,69	0,000%	-2,30%
Receitas Primárias Advindas de PPP (IV)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Despesas Primárias Geradas por PPP (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%
Impacto do Saldo das PPP (VI) = (IV) - (V)	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%	-	-	0,000%	0,00%

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

18/10/2017 14:20

O Demonstrativo de Metas Anuais objetiva estabelecer as metas para o triênio compreendendo o ano de vigência da LDO e os dois subsequentes, abrangendo a Receita e Despesa Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal e Dívida Pública, visando atender a disposição contida no art. 4º, § 1º da LRF.

Para melhor entendimento, cabem aqui os seguintes conceitos:

- 1 - as receitas primárias correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas as receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos e outras receitas de valores mobiliários), operações de crédito, amortização de empréstimos e alienação de ativos;
- 2 - as despesas primárias correspondem ao total da despesa orçamentária deduzidas as despesas com juros e amortização da dívida, aquisição de títulos de capital integralizado e as despesas com concessão de empréstimos com retorno garantido.
- 3 - o resultado primário corresponde à diferença entre as receitas primárias e despesas primárias evidenciando o esforço fiscal do Município;
- 4 - o resultado nominal representa a diferença entre o saldo previsto da dívida fiscal líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior;
- 5 - a dívida pública consolidada é o montante apurado das obrigações financeiras do ente da Federação, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados; as assumidas em virtude da realização de operações de crédito para amortização em prazo superior a doze meses ou que, embora de prazo inferior a doze meses, tenham constado como receitas no orçamento; dos precatórios judiciais emitidos a partir de 5 de maio de 2000 e não pagos durante a execução do orçamento em que houverem sido incluídos;
- 6 - a dívida Consolidada Líquida - DCL - corresponde à dívida pública consolidada, deduzidos os valores que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Premissas e Metodologia Utilizadas:

- 1 - Os parâmetros macroeconômicos utilizados na elaboração das estimativas constantes no Anexo de Metas Fiscais são relacionados na **Tabela 01**. Os números estão apresentados de duas formas. Em moeda corrente e em valores constantes (sem inflação). Esses indicadores foram utilizados na composição da estimativa de receita que considerou a média de arrecadação, em cada fonte, tomando por base as receitas arrecadadas nos últimos três exercícios (2014, 2015 e 2016) e os valores reestimados para o exercício atual (2017), além das premissas consideradas como verdadeiras e relacionadas, por exemplo, ao índice de inflação, crescimento do PIB, atualização da planta de valores do IPTU, ampliação do perímetro urbano da cidade, políticas de combate à evasão e à sonegação fiscal, comportamento das receitas oriundas de transferências da União e do Estado, dentre outros.
- 2 - Em relação às despesas correntes, foram considerados os parâmetros de inflação, crescimento vegetativo e aumento real, quando cabível, das despesas de custeios. Em relação aos investimentos, além da inflação, considerou-se a estimativa de crescimento real dessas despesas em nível que viabilize a sua expansão a fim de garantir, precipuamente, a conclusão dos projetos em andamento demonstrados no **Anexo IV**. Asseguraram-se, ainda, os recursos para pagamento das obrigações decorrentes de juros e amortização da dívida pública.
- 3 - No tocante às despesas com pessoal, em específico, foi considerado o provável efeito da revisão geral anual prevista na Constituição da República, o crescimento vegetativo da folha salarial e eventual aumento acima dos níveis inflacionários.
- 4 - Considera-se o PIB e o IPCA como as principais variáveis para explicar o crescimento nominal das receitas, visto que boa parte das receitas tributárias e não tributárias, bem como as transferências constitucionais e legais acompanham o ritmo das atividades econômicas de âmbito nacional. Assim, para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, considerou-se um crescimento do Produto Interno Bruto nacional de **2,03%, 2,51% e 2,49%** e das taxas de inflação (IPCA), de **4,25%, 4,33% e 4,29%**, respectivamente, cujas projeções decorrem do sistema de expectativa de mercado, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 26/09/2017.
- 5 - Outro ponto importante a ser destacado é que a receita do Município, conforme estabelece o § 3º, do art. 1º da Lei Complementar nº 101/00, compreende as receitas de todos os órgãos da Administração Pública Municipal, inclusive as receitas intraorçamentárias.
- 6 - Em relação ao cálculo do Resultado Primário e do Resultado Nominal, considerou a metodologia estabelecida na Portaria STN nº 403/2016 e suas alterações. Os resultados primários previstos para os três exercícios são considerados suficientes para manutenção do equilíbrio fiscal. Cabe ponderar que, nos termos do art. 2º da LDO, o resultado primário poderá ser revisado por ocasião da elaboração da Lei Orçamentária Anual ou durante o exercício de 2018. O resultado nominal reflete a variação do endividamento fiscal líquido entre as datas referidas.
- 7 - Na estimativa do montante da dívida consolidada para 2018, 2019 e 2020, utilizou-se, como parâmetros a previsão da média anual para a taxa de juros SELIC, de **8,26%, 8,44% e 8,41%**, segundo informações do sítio do Banco Central do Brasil, verificadas em 26/09/2017.
- 8 - Já na apuração do montante da dívida líquida, os valores das Disponibilidades Financeiras foram calculados levando-se em consideração a estimativa da posição em 31/12/2017, projetando-se os valores futuros com base nos percentuais médios dos valores realizados no ano anterior.
- 9 - Isso posto, podemos elencar, a partir da leitura das projeções estabelecidas para o ano de referência da LDO (2018), os números mais representativos no contexto das projeções:
- 9.1 - A receita total estimada para o exercício de 2018, consideradas todas as fontes de recursos é de **R\$ 49.387.149,62**, a preços correntes que, deduzidas das receitas financeiras, representadas pelos Rendimentos das Aplicações Financeiras (R\$ 5.904.883,38), das resultantes de Operações de Crédito (R\$ 0,00), das Alienações de Bens (R\$ 134.138,99) e das resultantes de Amortização de Empréstimos Concedidos (R\$ 8.029,33), resultam numa Receita Primária de **R\$ 43.340.097,93**.
- 9.2 - As despesas do Município foram programadas segundo o comportamento previsto da receita, sendo que o maior objetivo é manter, ou ainda, ampliar a capacidade própria de investimentos, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Assim, consideradas todas as fontes de recursos, a despesa total está prevista em **R\$ 49.387.149,62**. Deduzindo-se as despesas financeiras com juros e encargos da dívida, estimadas em R\$ 0,00, mais as despesas com Concessão de Empréstimos e Financiamentos, no valor de R\$ 8.729,57 e a Amortização da Dívida Pública, estimada em R\$ 0,00, tem-se que as despesas primárias para 2018 foram previstas em **R\$ 49.378.420,06**.
- 9.3 - Cotejando-se o valor previsto para as receitas e despesas primárias em valores correntes, chega-se à meta de resultado primário de 2018 que foi inicialmente prevista em **R\$ -6.038.322,13** a qual entendemos como necessária e suficiente para preservar o equilíbrio nas contas públicas. No entanto, ressaltamos que, a depender do comportamento das variáveis macroeconômicas, ou na hipótese de frustração de arrecadação, a meta poderá ser alterada, conforme expressa previsão do art. 2º da LDO.
- 10 - Em relação ao estoque da dívida, esse corresponde à posição em dezembro de cada exercício, considerando a previsão das amortizações e das liberações a serem realizadas no respectivo período, estando os valores evidenciados na **Tabela 02**.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - RPPS
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a / PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b / PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c / PIB) x 100
	Receita Total RPPS	8.657.294,65	8.304.359,38	0,002%	9.313.613,10	8.563.137,58	0,002%	9.963.284,99	8.783.641,76
Receitas Primárias RPPS (I)	3.483.239,28	3.341.236,72	0,001%	3.780.029,02	3.475.440,54	0,001%	4.048.612,88	3.569.261,06	0,001%
Despesa Total RPPS	8.657.294,65	8.304.359,38	0,002%	9.313.613,10	8.563.137,58	0,002%	9.963.284,99	8.783.641,76	0,002%
Despesas Primárias RPPS (II)	8.657.294,65	8.304.359,38	0,002%	9.313.613,10	8.563.137,58	0,002%	9.963.284,99	8.783.641,76	0,002%
Resultado Primário RPPS (I – II)	- 5.174.055,37	- 4.963.122,66	-0,001%	- 5.533.584,08	- 5.087.697,04	-0,001%	-5.914.672,11	-5.214.380,70	-0,001%

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão: 18/10/2017 14:20

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário, possibilitando o acompanhamento individualizado do resultado primário do Tesouro Municipal e do Regime Próprio de Previdência, bem como auxiliar na avaliação do cumprimento das metas fiscais. A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais (consolidado).

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DAS METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO (EXCLUÍDAS A RECEITAS E DESPESAS DO RPPS)
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2018			2019			2020		
	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB	Valor	Valor	% PIB
	Corrente	Constante	(a / PIB)	Corrente	Constante	(b / PIB)	Corrente	Constante	(c / PIB)
	(a)		x 100	(b)		x 100	(c)		x 100
Receita Total	40.729.854,97	39.069.405,25	0,009%	41.024.687,34	37.718.985,98	0,008%	39.794.160,15	35.082.570,36	0,007%
Receitas Primárias (I)	39.856.858,65	38.231.998,70	0,008%	40.094.752,21	36.863.983,48	0,008%	38.804.033,76	34.209.673,98	0,007%
Despesa Total	40.729.854,97	39.069.405,25	0,009%	41.024.687,34	37.718.985,98	0,008%	39.794.160,15	35.082.570,36	0,007%
Despesas Primárias (II)	40.721.125,40	39.061.031,56	0,009%	41.015.579,79	37.710.612,30	0,008%	39.784.661,88	35.074.196,68	0,007%
Resultado Primário (I – II)	- 864.266,76	- 829.032,86	0,000%	- 920.827,58	- 846.628,81	0,000%	- 980.628,12	- 864.522,70	0,000%

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão: 18/10/2017 14:20

Este demonstrativo foi elaborado pelo Poder Executivo Municipal para fins de dar maior transparência à meta de Resultado Primário.

Os valores acima identificados, representam as metas de receitas, despesas e resultado primário do Tesouro Municipal (Excetuadas as receitas e despesas previdenciárias).

A metodologia e os conceitos são idênticos aos utilizados para a elaboração do anexo de metas fiscais consolidado.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º,

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2016 (a)	% PIB	% RCL	II-Metas Realizadas em 2016 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	43.142.238,23	0,011%	100,51%	47.832.373,53	0,013%	111,44%	4.690.135,30	10,87%
Receita Primárias (I)	41.888.598,58	0,011%	97,59%	41.820.368,12	0,011%	97,43%	- 68.230,46	-0,16%
Despesa Total	43.142.238,23	0,011%	100,51%	43.561.679,35	0,011%	101,49%	419.441,12	0,97%
Despesa Primárias (II)	38.755.767,96	0,010%	90,29%	43.549.679,35	0,011%	101,46%	4.793.911,39	12,37%
Resultado Primário (I-II)	3.132.830,62	0,001%	7,30%	- 1.729.311,23	0,000%	-4,03%	- 4.862.141,85	-155,20%
Resultado Nominal	4.168.351,91	0,001%	9,71%	-	0,000%	0,00%	- 4.168.351,91	-100,00%
Dívida Pública Consolidada	-	0,000%	0,00%	-	0,000%	0,00%	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	0,000%	0,00%	-	0,000%	0,00%	-	-

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

18/10/2017 14:20

O objetivo deste demonstrativo é estabelecer uma comparação entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício anterior ao da edição da LDO (2016), incluindo análise dos fatores determinantes para o alcance ou não dos valores estabelecidos como metas, visando a atender o disposto no art. 4º, § 2º, inciso I da LRF.

Assim, conforme demonstrado em audiência pública de avaliação das metas fiscais relativas ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro de 2016 (art. 9º, § 4º da LRF), o resultado primário, principal indicador de sustentabilidade fiscal do setor público, ficou em R\$ -1.729.311,23, valor -55,20 % inferior à meta estabelecida, que era de R\$ 3.132.830,62. O desempenho verificado demonstra que o ingresso das receitas primárias (não financeiras) não foi capaz de suportar o total das despesas primárias (não financeiras) do exercício.

As receitas não financeiras totalizaram R\$ 41.820.368,12, frustrando em 0,16 % a projeção para o período de R\$ 41.888.598,58. As despesas não financeiras atingiram R\$ 43.549.679,35, estabelecendo-se 12,37% acima da previsão orçamentária.

O município não possui Dívida Consolidada Líquida até o final do Exercício. A relação entre Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida ficou em R\$ 0,00, demonstrando que o Município atendeu as determinações da Resolução nº 40 do Senado Federal, a qual disciplina que a Dívida Consolidada Líquida não poderá exceder a 1,2 vezes a Receita Corrente Líquida, ou seja 120%.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
EXERCÍCIO DE 2018

AMF – Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação%	2020	Variação %
Receita Total	41.343.000,00	43.142.238,23	4,35%	48.871.350,00	13,28%	49.387.149,62	1,06%	50.338.300,44	1,93%	49.757.445,14	-1,15%
Receitas Primárias (I)	39.387.636,00	41.888.598,58	6,35%	43.728.993,00	4,39%	43.340.097,93	-0,89%	43.874.781,23	1,23%	42.852.646,65	-2,33%
Despesa Total	41.343.000,00	43.142.238,23	4,35%	48.871.350,00	13,28%	49.387.149,62	1,06%	50.338.300,44	1,93%	49.757.445,14	-1,15%
Despesas Primárias (II)	41.233.000,00	38.755.767,96	-6,01%	48.871.350,00	26,10%	49.378.420,06	1,04%	50.329.192,89	1,93%	49.747.946,87	-1,15%
Resultado Primário (I – II)	- 1.845.364,00	3.132.830,62	-269,77%	- 5.142.357,00	-264,14%	- 6.038.322,13	17,42%	- 6.454.411,66	6,89%	- 6.895.300,23	6,83%
Resultado Nominal	- 6.424.479,00	4.168.351,91	-164,88%	- 1.620.234,00	-138,87%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	-	0	-	0	0	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	-	-	0	- 4.389.987,00	0	- 1.675.252,05	-61,84%	- 1.038.102,35	-38,03%	- 971.118,14	-6,45%

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2015	2016	Variação %	2017	Variação %	2018	Variação %	2019	Variação %	2020	Variação %
Receita Total	45.024.484,18	44.203.537,29	-1,82%	48.871.350,00	10,56%	47.373.764,63	-3,06%	46.282.123,56	-2,30%	43.866.212,12	-5,22%
Receitas Primárias (I)	42.895.000,21	42.919.058,11	0,06%	43.728.993,00	1,89%	41.573.235,42	-4,93%	40.339.424,02	-2,97%	37.778.935,04	-6,35%
Despesa Total	45.024.484,18	44.203.537,29	-1,82%	48.871.350,00	10,56%	47.373.764,63	-3,06%	46.282.123,56	-2,30%	43.866.212,12	-5,22%
Despesas Primárias (II)	44.904.688,97	39.709.159,85	-11,57%	48.871.350,00	23,07%	47.365.390,94	-3,08%	46.273.749,88	-2,30%	43.857.838,44	-5,22%
Resultado Primário (I – II)	- 2.009.688,76	3.209.898,25	-259,72%	- 5.142.357,00	-260,20%	- 5.792.155,52	12,64%	- 5.934.325,85	2,45%	- 6.078.903,40	2,44%
Resultado Nominal	- 6.996.561,77	4.270.893,37	-161,04%	- 1.620.234,00	-137,94%	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!	#DIV/0!
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	- 4.389.987,00	-	- 1.606.956,41	-63,39%	- 954.453,79	-40,60%	- 856.138,69	-10,30%

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

18/10/2017 14:20

Este demonstrativo tem por objetivo avaliar as metas previstas para o exercício da LDO (2018), em comparação com as estabelecidas para os três exercícios anteriores (2015, 2016 e 2017), bem como para os dois seguintes (2019 e 2020), referentes à Receita Total, Receitas Não Financeiras, Despesas Não Financeiras, Resultado Primário, Resultado Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, cumprindo, assim, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso II, da LRF.

Os valores relativos às previsões de Receitas, Despesas e Resultado Primário de 2015, 2016 e 2017 foram atualizados pelas respectivas Leis Orçamentárias Anuais. Já os valores da previsão do Resultado Nominal, Dívida Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, foram extraídos dos anexos de metas fiscais das respectivas LDO.

Já em relação às previsões para os exercícios de 2018, 2019 e 2020, os valores, a metodologia, as premissas utilizadas e a respectiva memória de cálculo são as mesmas utilizadas para o estabelecimento das metas explicitadas no Demonstrativo de Metas Anuais, referido no art. 2º, inciso I, do Projeto de Lei de LDO, evidenciando, assim, a sua consistência.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	78.116.931,81	76,00%	29.758.233,20	38,09%	36.756.835,30	123,52%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	24.665.005,66	24,00%	48.358.698,61	61,91%	(6.998.602,10)	-23,52%
TOTAL	102.781.937,47	100,00%	78.116.931,81	100,00%	29.758.233,20	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	15.093.035,84	69,87%	20.318.197,54	134,62%	18.207.473,83	89,61%
Reservas		0,00%		0,00%		0,00%
Resultado Acumulado	6.509.883,84	30,13%	(5.225.161,70)	-34,62%	2.110.723,71	10,39%
TOTAL	21.602.919,68	100,00%	15.093.035,84	100,00%	20.318.197,54	100,00%

CONSOLIDAÇÃO GERAL

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2016	%	2015	%	2014	%
Patrimônio/Capital	93.209.967,65	74,94%	50.076.430,74	53,72%	54.964.309,13	109,76%
Reservas	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Resultado Acumulado	31.174.889,50	25,06%	43.133.536,91	46,28%	(4.887.878,39)	-9,76%
TOTAL	124.384.857,15	100,00%	93.209.967,65	100,00%	50.076.430,74	100,00%

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

18/10/2017 14:20

O presente demonstrativo visa a demonstrar a evolução do Patrimônio Líquido nos três exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016), cumprindo, dessa forma, o disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da LRF.

Nesse sentido, é preciso enfatizar que o Município segue as normas da Lei 4.320/64, não apresentando no seu balanço as nomenclaturas previstas na Lei 6.404/76. Assim, em vez de "Resultado Acumulado", o Município utiliza a nomenclatura de "Superávit ou Déficit do Exercício".

O Sistema de Previdência, por força da Lei Municipal nº 2.299/2005, está sobre a gestão do Fundo Municipal de Aposentadoria, sendo que seus registros contábeis estão em conformidade com as Normas do Ministério da Previdência Social e apartados das demais contas do Município.

Em termos consolidados, a evolução do Patrimônio Líquido do Município, nos últimos três exercícios, demonstrada para o período de 2014 a 2016, aponta que o saldo patrimonial **augmentou** de R\$ **50.076.430,74** em 31.12.2014 para R\$ **124.384.857,15** em 31.12.2015.

Ainda, conforme pode ser observado, o Município encerrou as contas de 2016 com superavit, cujo principal fator foi o registro de bens imóveis de uso comum junto ao setor patrimonial, tais como estradas, ruas, e pavilhões industriais.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS REALIZADAS	2016	2015	2014
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES A 2014			170.038,52
RECEITAS DE CAPITAL	73.808,00	213.628,00	275.736,18
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	73.808,00	213.628,00	275.736,18
Alienação de Bens Móveis	73.808,00	213.628,00	275.736,18
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-
Rendimento de Aplicações Financeira de Alienac de Bens	9.622,70	17.521,02	
TOTAL	83.430,70	231.149,02	445.774,70

DESPESAS EXECUTADAS	2016	2015	2014
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL	236.281,23	294.790,43	224.709,67
Investimentos	236.281,23	294.790,43	150.000,00
Inversões Financeiras			74.709,67
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	236.281,23	294.790,43	224.709,67
SALDO FINANCEIRO	4.573,09	157.423,62	221.065,03

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

18/10/2017 14:20

O demonstrativo acima tem por objetivo destacar as origens e as aplicações dos recursos obtidos, pelo Município, com a alienação de ativos, ocorridos nos 3 exercícios anteriores ao da edição da LDO (2014, 2015 e 2016).

Os dados apresentados permitem afirmar que o Município tem aplicado corretamente os recursos obtidos, na forma prescrita pelo art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal que prescreve que "é vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integram o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência, geral e próprio dos servidores públicos."

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2016	2015	2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)	8.358.566,50	6.137.811,20	4.404.310,51
Receita de Contribuições dos Segurados	1.109.248,75	982.636,27	944.088,96
Civil	1.109.248,75	982.636,27	944.088,96
Ativo	1.097.655,97	975.410,52	944.088,96
Inativo	11.592,78	7.225,75	-
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais	2.060.269,44	1.682.988,14	1.616.966,90
Civil	1.335.236,76	1.068.393,74	1.110.591,91
Ativo	1.321.367,40	1.060.537,28	1.110.591,91
Inativo	13.869,36	7.856,46	-
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos	725.032,68	614.594,40	506.374,99
Receita Patrimonial	5.189.048,31	3.470.851,35	2.952.453,22
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	5.189.048,31	3.470.851,35	2.952.453,22
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	1.335,44	2.739,53
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	8.358.566,50	6.137.811,20	4.404.310,51
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (IV)	42.703,38	37.078,89	16.278,08
Despesas Correntes	42.703,38	37.078,89	16.278,08
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)	1.802.279,28	1.604.454,90	1.147.768,86
Benefícios - Civil	1.802.279,28	1.604.454,90	1.147.768,86
Aposentadorias	1.368.022,95	1.029.397,59	660.886,96
Pensões	138.705,81	202.363,08	47.907,55
Outros Benefícios Previdenciários	295.550,52	372.694,23	438.974,35
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	1.844.982,66	1.641.533,79	1.164.046,94
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	6.513.583,84	4.496.277,41	3.240.263,57
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR			
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
Caixa e Equivalentes de Caixa			
Investimentos e Aplicações			
Outro Bens e Direitos			

PLANO FINANCEIRO			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2015	2014
RECEITAS CORRENTES (VIII)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Pensionista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Receita Patrimonial			
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários			
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Outras Receitas Correntes			
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes			
RECEITAS DE CAPITAL (IX)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (X) = (VIII + IX)			
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	2016	2015	2014
ADMINISTRAÇÃO (XI)			
Despesas Correntes			
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (XII)			
Benefícios - Civil			
Aposentadorias			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensões			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS			
Demais Despesas Previdenciárias			
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIII) = (XI + XII)			
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XIV) = (X - XIII)			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	2016	2015	2014
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			
Recursos para Formação de Reserva			

PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

EXERCÍCIO	Receitas	Despesas	Resultado	Saldo
2016	0,00	0,00	0,00	38.585.851,85
2017	4.231.779,66	2.462.436,60	1.769.343,06	40.355.194,91
2018	4.241.975,78	2.530.410,74	1.711.565,04	42.066.759,95
2019	4.267.466,09	2.700.346,09	1.567.120,00	43.633.879,95
2020	4.308.250,57	2.972.242,65	1.336.007,92	44.969.887,87
2021	4.343.936,99	3.210.152,14	1.133.784,85	46.103.672,72
2022	4.364.329,23	3.346.100,42	1.018.228,81	47.121.901,53
2023	4.384.721,48	3.482.048,70	902.672,78	48.024.574,31
2024	4.420.407,90	3.719.958,19	700.449,71	48.725.024,02
2025	4.476.486,57	4.093.815,96	382.670,61	49.107.694,63
2026	4.517.271,05	4.365.712,52	151.558,53	49.259.253,16
2027	4.542.761,35	4.535.647,87	7.113,48	49.266.366,64
2028	4.568.251,65	4.705.583,22	(137.331,57)	49.129.035,07
2029	4.598.840,02	4.909.505,64	(310.665,62)	48.818.369,45
2030	4.649.820,62	5.249.376,34	(599.555,72)	48.218.813,73
2031	4.690.605,11	5.521.272,90	(830.667,79)	47.388.145,94
2032	4.726.291,53	5.759.182,39	(1.032.890,86)	46.355.255,08
2033	4.797.664,38	6.235.001,37	(1.437.336,99)	44.917.918,09
2034	4.879.233,35	6.778.794,49	(1.899.561,14)	43.018.356,95
2035	4.925.115,89	7.084.678,12	(2.159.562,23)	40.858.794,72
2036	4.950.606,19	7.254.613,47	(2.304.007,28)	38.554.787,44
2037	4.960.802,31	7.322.587,61	(2.361.785,30)	36.193.002,14
2038	4.965.900,37	7.356.574,68	(2.390.674,31)	33.802.327,83
2039	4.981.194,56	7.458.535,89	(2.477.341,33)	31.324.986,50
2040	4.970.998,43	7.390.561,75	(2.419.563,32)	28.905.423,18
2041	4.970.998,43	7.390.561,75	(2.419.563,32)	26.485.859,86
2042	5.011.782,92	7.547.067,45	(2.535.284,53)	23.950.575,33
2043	5.021.979,04	7.615.041,59	(2.593.062,55)	21.357.512,78
2044	5.021.979,04	7.615.041,59	(2.593.062,55)	18.764.450,23
2045	5.001.586,80	7.479.093,31	(2.477.506,51)	16.286.943,72
2046	4.986.292,62	7.377.132,10	(2.390.839,48)	13.896.104,24
2047	4.970.998,43	7.275.170,89	(2.304.172,46)	11.591.931,78
2048	4.960.802,31	7.207.196,75	(2.246.394,44)	9.345.537,34
2049	4.737.064,91	5.715.614,06	(978.549,15)	8.366.988,19
2050	4.686.084,30	5.375.743,36	(689.659,06)	7.677.329,13
2051	4.660.594,00	5.205.808,01	(545.214,01)	7.132.115,12
2052	4.645.299,82	5.103.846,80	(458.546,98)	6.673.568,14
2053	4.579.025,03	4.662.014,89	(82.989,86)	6.590.578,28
2054	4.553.534,73	4.492.079,54	61.455,19	6.652.033,47
2055	4.548.436,67	4.458.092,47	90.344,20	6.742.377,67
2056	4.568.828,91	4.594.040,75	(25.211,84)	6.717.165,83
2057	4.543.338,61	4.424.105,40	119.233,21	6.836.399,04
2058	4.563.730,85	4.560.053,68	3.677,17	6.840.076,21
2059	4.543.338,61	4.424.105,40	119.233,21	6.959.309,42
2060	4.533.142,49	4.356.131,26	177.011,23	7.136.320,65
2061	4.533.142,49	4.356.131,26	177.011,23	7.313.331,88
2062	4.528.044,43	4.322.144,19	205.900,24	7.519.232,12
2063	4.538.240,55	4.390.118,33	148.122,22	7.667.354,34
2064	4.528.044,43	4.322.144,19	205.900,24	7.873.254,58
2065	4.517.848,31	4.254.170,05	263.678,26	8.136.932,84
2066	4.522.946,37	4.288.157,12	234.789,25	8.371.722,09
2067	4.563.730,85	4.560.053,68	3.677,17	8.375.399,26
2068	4.589.221,16	4.729.989,03	(140.767,87)	8.234.631,39
2069	4.604.515,34	4.831.950,24	(227.434,90)	8.007.196,49
2070	4.675.888,18	5.307.769,22	(631.881,04)	7.375.315,45
2071	4.742.162,97	5.749.601,13	(1.007.438,16)	6.367.877,29
2072	4.767.653,27	5.919.536,48	(1.151.883,21)	5.215.994,08
2073	4.788.045,51	6.055.484,76	(1.267.439,25)	3.948.554,83
2074	4.798.241,64	6.123.458,90	(1.325.217,26)	2.623.337,57
2075	4.803.339,70	6.157.445,97	(1.354.106,27)	1.269.231,30
2076	4.818.633,88	6.259.407,18	(1.440.773,30)	(171.542,00)
2077	4.808.437,76	6.191.433,04	(1.382.995,28)	(1.554.537,28)
2078	4.808.437,76	6.191.433,04	(1.382.995,28)	(2.937.532,56)
2079	4.818.633,88	6.259.407,18	(1.440.773,30)	(4.378.305,86)
2080	4.828.830,00	6.327.381,32	(1.498.551,32)	(5.876.857,18)
2081	4.828.830,00	6.327.381,32	(1.498.551,32)	(7.375.408,50)
2082	4.808.437,76	6.191.433,04	(1.382.995,28)	(8.758.403,78)
2083	4.793.143,58	6.089.471,83	(1.296.328,25)	(10.054.732,03)
2084	4.777.849,39	5.987.510,62	(1.209.661,23)	(11.264.393,26)
2085	4.767.653,27	5.919.536,48	(1.151.883,21)	(12.416.276,47)
2086	4.757.457,15	5.851.562,34	(1.094.105,19)	(13.510.381,66)
2087	4.706.476,55	5.511.691,64	(805.215,09)	(14.315.596,75)
2088	4.680.986,24	5.341.756,29	(660.770,05)	(14.976.366,80)
2089	4.665.692,06	5.239.795,08	(574.103,02)	(15.550.469,82)
2090	4.599.417,28	4.797.963,17	(198.545,89)	(15.749.015,71)

Este demonstrativo, visa a atender o estabelecido no art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a", da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, o qual determina que o Anexo de Metas Fiscais conterá a avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores – RPPS.

Os dados acima apresentados tem como base o Anexo 4 – Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores, publicado no Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO do último bimestre dos exercícios financeiros de 2014, 2015 e 2016, respectivamente.

Já os resultados da avaliação atuarial foram apresentados conforme o Anexo 10 – Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio dos Servidores, publicado no RREO do último bimestre dos exercícios de 2016.

Os valores informados na linha "Bens e Direitos do RPPS", correspondem ao saldo das suas disponibilidades financeiras e investimentos, a foram obtidos a partir do Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa, publicado no Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2018	2019	2020	
IPTU	Impostos	Casas até 70,00 m ²	41.084,15	42.863,09	44.701,92	Vide Obsevação abaixo
IPTU	Impostos	Portadores de deficiências	2.120,00	2.211,80	2.306,68	
ISSQN	Impostos			-	-	
Taxa de licença p/ func. De estab. Comercial	Taxa			-	-	
Taxa de coleta de lixo	Taxa			-	-	
				-	-	
TOTAL			43.204,15	45.074,89	47.008,60	-

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão: 18/10/2017 14:20

Obs: 1 - Os valores da renúncia para 2018 foram previstos de acordo com informações do setor tributário da Prefeitura Municipal

2 - Os valores da renúncia projetados para 2019 e 2020, foram claculados a partir dos valores de 2018, aplicando-se, sobre eles, as projeções de inflação para os referidos exercícios a saber:

Inflação para 2019: 4,33%

Inflação para 2020: 4,29%

Esse demonstrativo tem por objetivo mensurar os tributos que serão objeto de renúncia fiscal de receita, identificando seus valores nos exercícios que compreenderão o triênio a partir da vigência da LDO e estabelecendo ainda as medidas de compensação que serão adotadas, visando a dar cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Conforme os arts. 13, 54 e 55 do Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias, a estimativa de renúncia de receita deverá estar inserida na metodologia de cálculo da projeção da arrecadação efetiva dos tributos municipais.

Dessa forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, I, da LRF, o qual determina que a renúncia deve ser considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e de que não afetará as metas de resultados fiscais.

Consequentemente, as renúncias contempladas nesse demonstrativo não precisarão ser compensadas, pois a compensação já estará ocorrendo no âmbito do processo orçamentário de estimativa das respectivas receitas.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2018

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso

V)

R\$ 1,00

EVENTO	Valor Previsto 2018
Aumento Permanente da Receita	2.779.327,57
Decorrente de Receitas Tributárias	385.620,43
Decorrente de Transferências Correntes	2.393.707,14
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	(199.004,90)
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.580.322,67
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.580.322,67
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	
Novas DOCC	559.485,29
Relativas a Pessoal e Encargos Sociais	52.625,07
Relativas a Outras Despesas Correntes	506.860,22
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.020.837,37

Fonte: Setor de Contabilidade, Secretaria da Fazenda, Data e hora da emissão:

A Demonstração da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado visa a assegurar que não haverá criação de nova despesa sem a correspondente fonte de financiamento.

Em outras palavras, o demonstrativo identifica o aumento permanente de receita para suportar o aumento permanente da despesa de caráter continuado, assim entendida aquela derivada de lei, contrato, ou ato normativo que fixe a obrigatoriedade de execução por um período superior a dois exercícios, cumprindo, dessa forma, a disposição contida no art. 4º, § 2º, inciso V da LRF.

Desse modo, para estimar o aumento permanente das receitas em 2018 considerou-se o incremento real, ou seja, a diferença entre os valores estimados a preços constantes das receitas tributárias e de transferências correntes, no biênio 2017-2018.

Na mesma linha, o aumento permanente das despesas de caráter obrigatório que terão impacto em 2018, foi calculado pela diferença a valores constantes, observada no biênio 2017-2018 nos grupos de natureza de despesa "Pessoal" e "Outras Despesas Correntes", chegando-se, assim, ao saldo da margem líquida de expansão.

Caso necessário, a Margem Líquida de Expansão acima demonstrada, será utilizada, pelo Poder Executivo, como forma de compensação do aumento das despesas obrigatórias de caráter continuado não previstas no orçamento, observado o disposto no art. 17 da LDO.

Município de ARATIBA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2018

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	300.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	300.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	-		-
Avais e Garantias Concedidas	-		-
Assunção de Passivos	-		-
Assistências Diversas	-		-
Outros Passivos Contingentes	-		-
Contrapartida de convênios	50.000,00	Abertura de créditos adicionais a partir da reserva de contingência	50.000,00
SUBTOTAL	350.000,00	SUBTOTAL	350.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	500.000,00	Limitação de empenhos conforme LDO	500.000,00
Restituição de Tributos a Maior			
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	850.000,00	TOTAL	850.000,00

O Anexo de Riscos fiscais tem por objetivo especificar eventuais riscos que possam impactar negativamente nas contas públicas, indicando de forma preventiva as providências a serem tomadas caso as situações acima descritas venham a ocorrer, cumprindo desta forma o disposto no art. 4º, § 3º da LRF.